

**PROVA DO CONCURSO DE ESTAGIÁRIOS DO CONTENCIOSO DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO – REGIONAL DE CAMPINAS – 2023**

Preencher:

Nome: _____

Telefones para contato: _____

E-mail: _____

Faculdade : _____

Ano em que está matriculado: _____ Período: _____

Período em que gostaria de fazer estágio: _____

Assinatura: _____

OS DADOS ABAIXO SERÃO PREENCHIDOS APENAS PELA PROCURADORIA.

BOA PROVA!!!

Notas:

Direito Constitucional: _____

Direito Administrativo: _____

Direito Processual Civil: _____

Direito Tributário: _____

Legislação da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo: _____

Dissertação (Direito Constitucional): _____

Média: _____

Aprovado: _____

DIREITO CONSTITUCIONAL (2,0 PONTOS)

1) São fundamentos da Constituição Federal previstos no art. 1º, exceto:

- a) a soberania
- b) a cidadania
- c) a dignidade da pessoa humana
- d) o bipartidarismo

2) A Procuradoria do Estado é prevista como instituição essencial à Justiça, nos termos do Art. 132 da Constituição Federal, sendo o órgão constitucional e permanente competente para o exercício da advocacia dos Estados-membros. Dentre as atribuições e prerrogativas da instituição, é correto afirmar que:

- a) Aos Procuradores do Estado é constitucionalmente assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.
- b) Os Procuradores do Estado de São Paulo devem apresentar instrumento de mandato em nome do ente federado para atuarem processualmente.
- c) A Procuradoria-Geral do Estado é parte do Ministério Público Estadual.
- d) Nos termos da Constituição Federal, os Procuradores-Gerais dos Estados detêm mandato de 04 (quatro) anos.

3) Segundo o art. 170, CF a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- a) propriedade pública; livre concorrência e função privada da propriedade.
- b) soberania nacional; propriedade privada e função social da propriedade.
- c) busca do pleno emprego; defesa do consumidor e tratamento favorecido para grandes empregadores.
- d) propriedade privada; concorrência restrita e defesa do meio ambiente.

4) Compete aos Municípios, EXCETO:

- a) Legislar sobre assuntos de interesse local.
- b) Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- c) Explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- d) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

DIREITO ADMINISTRATIVO (1,5 PONTOS)

5) A Reforma do Estado introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/1998 inseriu no texto da Constituição Federal:

- a) O princípio da legalidade, que consagra a ideia de que a Administração Pública só pode ser exercida em conformidade com a lei e que, desse modo, a atividade administrativa consiste na expedição de comandos complementares à lei.
- b) O princípio da impessoalidade, decorrente do princípio da isonomia, que traduz a ideia de que a Administração deve tratar a todos sem discriminações, favoritismos ou perseguições.
- c) O princípio da eficiência, que tem por finalidade a implantação do modelo gerencial em substituição ao modelo burocrático de Estado, contribuindo para o que se denomina de Administração Pública de resultados.
- d) O princípio da publicidade, que impõe à Administração o dever de transparência em seus comportamentos.

6) Uma das características dos atos administrativos:

- a) a sujeição exclusiva ao regime jurídico de direito privado, de conformidade com ao Código Civil.
- b) a possibilidade de sua revogação, quando praticados com vícios que os tornem ilegais.
- c) a presunção de legitimidade.
- d) a possibilidade de anulação, quando inconvenientes ou inoportunos em relação ao interesse público.

7) De acordo com o Direito Administrativo, o servidor público:

- a) não tem direitos trabalhistas.
- b) é a pessoa legalmente investida em cargo público.
- c) é colaborador eventual.
- d) nenhuma das respostas acima.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL (1,5 PONTOS)

8) Considera-se inepta a petição inicial quando:

- a) lhe faltar pedido ou causa de pedir.
- b) o pedido for indeterminado, inclusive nas hipóteses legais em que se permite o pedido genérico.
- c) da narração dos fatos decorrer logicamente a conclusão.
- d) contiver pedidos sucessivos.

9) Distribuída petição inicial de ação de divórcio a uma vara de fazenda pública da comarca da capital, procedeu-se ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, determinando-se a citação do réu. Nesse cenário, a vara da fazenda pública é:

- a) relativamente incompetente, devendo o réu suscitar o vício por meio de exceção de incompetência.
- b) absolutamente incompetente, devendo o réu suscitar o vício por meio de exceção de incompetência.
- c) absolutamente incompetente, devendo o réu suscitar o vício com a arguição de preliminar em contestação.
- d) absolutamente incompetente, devendo o réu suscitar o vício por meio de reconvenção.

10) Sobre os prazos processuais, assinale a alternativa correta:

- a) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira expressa.
- b) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 15 (quinze) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- c) Ao juiz é vedado reduzir prazos peremptórios com anuência das partes.
- d) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, mediante requerimento expresso.

LEGISLAÇÃO DA PGE/SP (1,0 PONTO)

11) De acordo com a Constituição do Estado de São Paulo, são funções institucionais da Procuradoria Geral do Estado:

- a) representar judicial e extrajudicialmente o Estado e suas autarquias, exceto as de regime especial.
- b) representar a Fazenda do Estado perante o Tribunal de Contas.
- c) promover a inscrição, o controle e a cobrança da dívida ativa estadual e municipal.
- d) prestar assessoramento jurídico e técnico-legislativo ao Governador do Estado e aos Deputados Estaduais.

12) Assinale a alternativa incorreta

- a) A Procuradoria Geral do Estado é instituição de natureza permanente, essencial à administração da justiça e à Administração Pública Estadual, vinculada diretamente ao Governador, responsável pela advocacia do Estado, sendo orientada pelos princípios da legalidade, da indisponibilidade do interesse público, da unidade e da eficiência.
- b) A Procuradoria Geral do Estado, em caráter excepcional e em razão de relevante interesse público, poderá contratar jurista para a emissão de parecer sobre matéria específica, mediante prévia motivação do Procurador Geral do Estado e oitiva do Conselho.
- c) As autoridades e servidores da Administração Estadual ficam obrigados a atender às requisições de certidões, informações, autos de processo administrativo, documentos e diligências formuladas pela Procuradoria Geral do Estado, dispensando às respectivas requisições tratamento prioritário.
- d) À Procuradoria Geral do Estado é defeso reconhecer a procedência de pedidos formulados em ações judiciais, deixar de propô-las, desistir das já propostas ou transigir em relação ao objeto litigioso, bem como deixar de interpor recursos ou desistir dos já interpostos.

DIREITO TRIBUTÁRIO (1,5 PONTOS)

13) Sobre os tributos NÃO É CORRETO afirmar que:

- a) Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- b) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

- c) Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- d) As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.

14) NÃO Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

- a) transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- b) grandes fortunas, nos termos de lei complementar.
- c) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- d) propriedade de veículos automotores.

15) Extinguem o crédito tributário, exceto:

- a) o pagamento;
- b) a compensação;
- c) a transação;
- d) a moratória.

QUESTÃO DISCURSIVA (2,5 pontos)

Nas palavras do Min. Edson Fachin, “em uma sociedade democrática, o espaço público não é apenas um lugar de circulação, mas também de participação.”

O direito de reunião está assegurado a todos (art. 5º, XVI, CF/88), desde que observados alguns requisitos constitucionais. Discorra brevemente sobre esse direito fundamental, abordando as condições para o seu exercício em conformidade com a Constituição Federal. **(utilizar folha própria ao final, na página 7).**

Rascunho:

FOLHA DE RESPOSTAS

Nome: _____

RG: _____

QUESTÃO 1	A	B	C	D
QUESTÃO 2	A	B	C	D
QUESTÃO 3	A	B	C	D
QUESTÃO 4	A	B	C	D
QUESTÃO 5	A	B	C	D
QUESTÃO 6	A	B	C	D
QUESTÃO 7	A	B	C	D
QUESTÃO 8	A	B	C	D
QUESTÃO 9	A	B	C	D
QUESTÃO 10	A	B	C	D
QUESTÃO 11	A	B	C	D
QUESTÃO 12	A	B	C	D
QUESTÃO 13	A	B	C	D
QUESTÃO 14	A	B	C	D
QUESTÃO 15	A	B	C	D

QUESTÃO DISCURSIVA

Nome: _____

RG: _____

QUESTÃO DISCURSIVA (2,5 pontos)

Nas palavras do Min. Edson Fachin, "em uma sociedade democrática, o espaço público não é apenas um lugar de circulação, mas também de participação."

O direito de reunião está assegurado a todos (art. 5º, XVI, CF/88), desde que observados alguns requisitos constitucionais. Discorra brevemente sobre esse direito fundamental, abordando as condições para o seu exercício em conformidade com a Constituição Federal.
